

O REAL GABINETE EM DOIS TEMPOS

Poucos anos depois de proclamada a Independência do Brasil e das lutas travadas entre miguelistas e liberais em Portugal, foi criada, no Rio de Janeiro, uma associação cujas finalidades, conforme se lê no discurso de um de seus fundadores, José Marcelino da Rocha Cabral, “era a cultura do espírito” e a “ilustração” dos associados. Chamava-se Gabinete Português de Leitura.

Provavelmente inspirado nas “boutiques à lire”, que surgiram na França nos fins do século XVIII, destinadas a emprestar livros a uma clientela de passagem, mediante o pagamento de uma importância módica — sob esse aspecto, distinguiam-se das bibliotecas públicas, cujas obras eram consultadas gratuitamente e não podiam sair do local — o “Gabinete Português de Leitura”, instalado em 14 de maio de 1837 na Rua Direita, nº 20, ganhou, desde o início, alguns traços que o diferenciavam dos estabelecimentos semelhantes que existiam nos países da Europa. Um desses traços era precisamente o caráter filantrópico da instituição: os “acionistas” (como se chamavam os associados) não visavam ao lucro, mas sim “restaurar a glória literária da Pátria”. Isto quer dizer que enquanto em Paris, na “Rive Droite”, os caixeiros e as costureiras pagavam para frequentar as “boutiques à lire”, ou a nova burguesia alugava os romances de Chateaubriand como alugava as casacas de limiste, aqui, um grupo de imigrantes portugueses propunha-se, por amor às idéias e ao progresso, difundir a instrução e o conhecimento e cooperar dessa forma “com o povo irmão e generoso que nos acolhe e facilita os meios de aumentar as suas e as nossas riquezas”, para usarmos um fragmento do discurso pronunciado quando da fundação da entidade.

Outra diferença que pode ser assinalada entre o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (mais tarde virão os de Recife e de Salvador) e os demais “Gabinetes”, como, por exemplo, os que foram criados em algumas cidades do interior de São Paulo — Ubatuba, Rio Claro, Jundiá, Sorocaba, etc. — é que embora todos tenham surgido num cenário em que se pretendia mudar a sociedade feudal e escravocrata sob o impulso dos ideais do liberalismo e da democracia, a verdade é que os Gabinetes de Leitura fundados pelos

imigrantes portugueses, provavelmente para não se envolverem no processo político e ideológico que fermentava no Brasil, passaram a funcionar, desde cedo, mais como “templos de letras e de instrução” do que como centros de debate político ou focos de propaganda republicana. Daí que não tenham ficado ligados, como aconteceu com os “Gabinetes” paulistas, a qualquer compromisso com transformações sociais ou com as lojas da maçonaria. E talvez tenha sido por esse motivo que os outros acabaram por ter uma existência efêmera: a instrução popular era o pretexto para a pregação das reformas políticas, enquanto os “Gabinetes” da matriz portuguesa, embora projetassem, no dizer de Malheiro Dias, a renascença humanística e literária do liberalismo, ganharam o contorno de sacrários vivos da Pátria e da Grei.

Em 1880, numa altura em que Portugal enfrentava crises dramáticas e os republicanos aproveitavam as comemorações do tricentenário da morte de Camões para mostrar as fraquezas da Nação, a “colônia” do Rio de Janeiro reagiu contra a onda de decadentismo e lançou a pedra fundamental do edifício-sede do “Gabinete Português de Leitura”, projetado pelo arquiteto Raphael da Silva e Castro. O prédio foi construído na antiga Rua da Lampadosa em pedra lioz e seguindo o estilo “manuelino” do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém.

Na obra admirável, que para ser concluída durou sete anos, estava simbolizada não apenas a Epopéia — nas estátuas dos navegadores, nas pedras entalhadas, na cimalha, nos escudos, nos capitéis góticos, em todo o conjunto arquitetónico — mas também a dádiva de uma cultura cuja perenidade, pelo gesto de imigrantes humildes, se dividia fraternalmente com o Brasil.

Ao completar, em 14 de maio, 157 anos, o Gabinete Português de Leitura, que recebeu do Rei D. Carlos, em 1906, o título de Real, deve ser visto pelos brasileiros como o templo majestoso e sagrado em cujas pedras Nabuco sentia esculpidas as estrofes de *Os Lusíadas*; como repositório de 350.000 volumes, perfilados nas estantes; como espaço imponente para as grandes comemorações da Comunidade Luso-Brasileira. Mas a Obra há-de ser admirada sobretudo como a doação fantástica daqueles imigrantes que, como prova de gratidão ao país de acolhimento, lhe ofereceram o que de mais sublime existe na alma e na História do povo português: a sua Cultura, a sua Língua, a expressão de seu Gênio.

É esse templo de devoção camoniana e da aliança intelectual luso-brasileira, como lhe chamou Nabuco, que estamos agora a modernizar e a enriquecer — por louvor ao Brasil e a Portugal.

* * *

Está praticamente concluído o processo de informatização da biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura. São milhares de obras que, cadastradas pelo título, pelo autor e pelo assunto, estão à disposição dos interessados, através de acesso rápido e livre.

Sabemos da importância deste projeto, não apenas para a difusão da cultura portuguesa no Brasil, mas também para tornar conhecido um acervo bibliográfico que desde os trabalhos de Ramires Galvão, no princípio do século, nunca mais foi catalogado. E em Literatura Portuguesa o acervo do Real Gabinete é o melhor do mundo fora de Portugal.

A iniciativa de informatizar a biblioteca foi o primeiro passo para preparar a instituição para o próximo milênio. Outras hão-de vir, como a de se utilizarem produtos culturais pela multimídia, a microfilmagem, o laboratório de restauro, a “Universidade Aberta” com o ensino à distância, etc.

É motivo de orgulho ver que uma instituição secular, com pergaminhos e marcas da História, com uma arquitetura e vitrais coloridos, não se tenha transformado num “depósito de livros”, silencioso e triste, a ser destruído pelas traças, nem tenha desaparecido como aconteceu a quase todos os “Gabinetes de Leitura” criados no século XIX sob os impulsos da maçonaria e do liberalismo.

Pelo contrário: a instituição, apesar de ser mais antiga do que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (foi criada em 1837) e de ter acolhido em sua sede a Academia Brasileira de Letras, em suas primeiras reuniões, procura renovar-se constantemente e manter uma dinâmica que lhe dá, no cenário cultural do Rio de Janeiro, um lugar de relevo e de prestígio.

Não queremos uma casa de janelas corridas e de portas fechadas: nos cursos do “centro de estudos”; nos espetáculos musicais; nas atividades pluridisciplinares ou na biblioteca, a presença de brasileiros — e principalmente de alunos e professores universitários — é a grande recompensa que se recebe pela oblação feita ao Brasil representada pelo Real Gabinete. O mesmo se diga desta revista, que se edita semestralmente, com trabalhos de alta qualidade literária, de autores brasileiros e portugueses.

É inevitável que uma instituição como a nossa, mantida mais por milagre do que por verbas públicas ou legados de filantropos, tenha de passar, a cada passo, por mudanças estruturais. Sem grandes receitas; com um quadro de associados composto por velhos imigrantes; sem a manutenção assegurada pelo orçamento da República, o futuro do Real Gabinete só ficará assegurado se tivermos capacidade para o enquadrar, juntamente com outras instituições, no âmbito de uma grande “Fundação Portugal”, onde se venham a integrar os patrimônios associativos luso-brasileiros de maior importância e que, dispersos como estão, perdem força e correm o risco de se afastarem dos objetivos para os quais foram constituídos.

Outra mudança que deve ser feita a curto prazo está relacionada com a própria nacionalidade dos associados. Dentro da filosofia que esteve presente à sua criação, os “Gabinetes de Leitura” eram e continuam a ser uma dívida ao Brasil — uma prova de gratidão pelo acolhimento àqueles que neste país vieram cumprir seu destino e seu projeto de vida. E, por isso, aos portugueses cabia o compromisso de sustentá-los. Acontece que hoje não só a “colônia” está reduzida em número, mas também o mecenato passou a fazer-se mais

pela via empresarial do que pela generosidade dos indivíduos. Também nesse aspecto, a reforma do Real Gabinete terá de processar-se para abrir seus quadros aos luso-descendentes. Só assim venceremos os desafios do ano 2000. Seja um dos nossos — pelo sangue ou pela estirpe.

A. Gomes da Costa